

VIVER E CONVIVER EM TERRAS RAIANAS NA IDADE MÉDIA

por Isabel Vaz de Freitas Cardoso *

Viver e conviver em terras fronteiriças nem sempre foi fácil mas também nem sempre apresentou grandes dificuldades. Momentos de paz e de conflito determinam os ritmos do dia a dia do homem raiano.

São conhecidas as boas relações de amizade que caracterizam a vida na fronteira e unem homens de ambos os lados em objectivos e vivências comuns.

A primeira caracteriza-se por um convívio amigável entre os dois povos que contactavam de perto, possuindo uma vida social próxima, enraizada pelos muitos casamentos e mantida pelas trocas comerciais, pela participação em mercados do reino vizinho¹, pelo trabalho além fronteira, em suma, pela comunhão de interesses.

O contacto é tão estreito e as divisões tão ténues que a fronteira perde o seu valor e a sua própria existência. Surge como um espaço amplo no qual se vive e convive em torno de laços de amizade. A criação de obstáculos pelo poder central ou regional de modo a afirmar a fronteira e a afastar os habitantes dos reinos vizinhos, origina manifestações de desagrado da população pedindo ao rei que as deixe "vizinhar"².

Mas também discórdias entre senhores, concelhos e vilas contíguas, que por vezes se prolongam podendo atingir grandes

* Universidade Portucalense.

¹ VALDIVIESO, M. Isabel Del Val - *Mercaderes portuguesas en Medina del Campo (siglo XI)*. In: II Jornadas Luso-Espanholas da História Medieval, vol. 2. Porto: INIC. 1987. pp. 591-609.

² A.N./T.T., *Além Douro*, liv. 3, fl. 36.

proporções, marcam o dia a dia da fronteira. Roubos, assaltos, violações, mortes, ofensas pessoais e outros distúrbios são os responsáveis pelo temor constante em que vive a população³.

Estes confrontos são sempre violentos e recordam ódios mais antigos. Os seus relatos falam de mortes, de devastação e de bandos que agem em prol da destruição. Denúncias de um mau estar que afasta a população e aumenta os índices da criminalidade. Bem munidos de armas e rodeados de criados e de parentes, as partes envolvidas na oposição alternam as vinganças e envolvem os moradores locais⁴.

Frequentemente ouvimos queixas e agravos contra os habitantes de além fronteira, pedidos de protecção do "inimigo" ou manifestações para que sejam solucionadas contendas, algumas já antigas, para que no futuro vivam em paz. Viver "*em paz e assego come boonz vezinhos*"⁵ é a preocupação fundamental de uma população marcada pelos confrontos seculares. Apesar de tudo, é aqui que estes homens e mulheres querem viver.

Para viver em paz é necessário evitar uma convivência desagradável proveniente das intenções pouco cristãs de alguns e sobretudo da debilidade da demarcação de limites entre os dois reinos que inspirem segurança e que evitem conflitos pessoais e de grupo.

É imperioso colocar marcos, dividir terras, homens e jurisdições, e evitar as concorrências desgastantes dos órgãos de poder locais que se envolvem em rixas que a fronteira evidência.

Os conflitos jurisdicionais que aqui se colocam são idênticos a muitos outros que surgem entre vilas portuguesas. Os desempenhos das oposições são os mesmos, apenas podem variar as soluções, uma vez que os implicados se regem por uma legislação diferente com distintas sanções.

³ Por toda a fronteira estes casos são uma constante e repetem as mesmas violências e abusos. Na Beira Baixa e Alto Alentejo detectam-se vários casos que são evidenciados por Daniel Rodrigues Blanco. RODRIGUES BLANCO, Daniel - *Las relaciones fronterizas entre Portugal y la corona de Castilla. El caso de Extremadura*. In: II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. I. Porto: INIC, 1987, pp. 135-146.

⁴ Idêntica situação se encontra dos dois lados da fronteira como evidencia M^a Concepción Quintanilla Raso. "La privatización de fortalezas liberó, pues, a la Corona de las responsabilidades respecto de ellas, aunque introdujo un factor de alto riesgo para su control por parte de la monarquía castellana pues con frecuencia se convirtieron en nidos de rebeldes proclives al entendimiento con Portugal." QUINTANILLA RASO, M^a Concepción - *Consideraciones sobre las fortalezas de la frontera castellano-portuguesa en la Baja Edad Media*. In: II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. I. Porto: INIC, 1987, p. 403.

⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1975, p. 421.

Em terras de Barroso e em terras da Galiza nos anos de 1517 e 1518 vive-se um destes antagonismos. Disputam-se caminhos, homens e jurisdições. Os alcaides dos castelos de Piconha, António de Araújo, e de Montalegre, Lançarote Gonçalves, aliaram-se num conflito que opõe o primeiro a Pedro Sival, meirinho de Vale de Salas.

O conflito é institucional, movido por duas forças políticas locais, na tentativa de monopolizar o exercício do poder sobre a terra e a população de povoados divididos por uma fronteira.

A questão coloca-se nas alçadas jurisdicionais sobre Meãos, Rubiás e Santiago, que se encontram divididos territorialmente por terras do Duque de Bragança e do conde D. Fernando de Andrade. A defesa destes senhorios e dos seus senhores escondem concorrências locais e pessoais que vão desencadear um processo jurídico difícil e demorado.

A oposição destes poderes locais implica um apoio dos habitantes que lhes estão vinculados, que por vontade própria, sós ou dirigidos pelo seu líder, que defendem até às últimas consequências, cometem as mais perigosas façanhas.

Assim, a situação agudiza-se e passa do âmbito pessoal para o colectivo. Os vizinhos de Tourém e de Randin que "*sam vizinhos e parentes e que nom podem vyver huns sem os outros nem os outros sem os outros*"⁶, deparam-se com ódios que os levam a cometer alguns desvarios. Homens e mulheres envolvem-se em zaragatas de onde saem vários feridos e efectuam alguns roubos de bens pessoais e de animais. De tal forma a situação é delicada que, dizem os delegados de Portugal e de Castela, se fossem castigados os lugares se despoariam.

Em 1540 ainda se revê o processo. Diz-se que os galegos não querem guardar o que ficou acordado. Averiguar os reais acontecimentos, sancionar os culpados e "*guardar a vizinhança*" é tarefa de António Correia, corregedor nas comarcas da Beira e de Ribacoa, enviado do rei português, e do ouvidor e alcaide mor do reino da Galiza, o licenciado Escallante, enviado do rei de Castela. A auxiliar a resolução das contendas associaram-se o licenciado Cáceres, alcaide do conde D. Fernando, e Diogo da Silva, ouvidor do duque de Bragança.

O processo conhece-se pelas acusações feitas por Pedro Sival e por alguns habitantes locais a António de Araújo e pelas respostas deste à acusação, nas quais se evidencia também um tom de censura.

As denúncias feitas dos alcaides portugueses são graves e a prática de distúrbios envolve a população num enredo de violência.

⁶ *As Gavetas da Torre do Tombo...*, vol. 3, p. 708.

Mas a avaliar pelas punições que recebeu Pedro Sival, as suas façanhas aportaram, de igual forma, grande desolação.

As exposições dos acontecimentos revelam a acção de bandos e deixam transparecer hábitos comuns usados nos seus confrontos. O costume das ciladas e de acções que violentamente se fazem sentir em choques que não olham a meios para atingir os fins. Acções bem delineadas e engendradas com o objectivo não de aniquilar o inimigo, pois existe o temor à sanção, mas sim de lhe oferecer uma forte oposição.

António de Araújo actuava só, com o seu bando, ou acompanhado de Lançarote Gonçalves. Alguns dos seus apaniguados são identificados. Henrique de Sousa, João de Lima, Afonso Fernandes, Martinho Tato, João das Dobras, Afonso das Dobras, Pedro Peão e seus irmãos e Afonso Vaquero, encontram-se várias vezes em sua companhia e com eles trazem parentes e outros que os seguem de forma a aumentar o número de resistência.

Do rol de violências praticadas por Antonio de Araújo a Pedro Sival constam: um assalto à sua casa, algumas esperas em caminhos, envolvimento em zaragatas, várias tentativas de assassinato e vários ajuntamentos de gente com a finalidade de lhe criar algumas hostilidades. A narração destas ocorrências demonstra a brutalidade que marcam estes casos e o desencadear de acontecimentos que parece incontrolável.

É assim, exposto o assalto à casa do meirinho de Vale de Salas. António de Araújo dirigiu-se ao lugar de San Paio, acompanhado do seu bando bem munido de armas. Em nome de Portugal derrubaram paredes, quebraram as portas da casa onde vivia, destruíram o telhado por onde também entraram. Não encontraram o meirinho, depois de revistada a casa de alto abaixo e de abrirem as arcas, mas aproveitaram para violar uma moça, levar presos alguns dos seus criados, beber vinho e derramar o resto, apunhalar alguns couros que estavam pendurados, roubar um rol extenso de bens pessoais, e incendiar escrituras de processos da jurisdição do meirinho⁷. O prejuízo foi avaliado em 7 902 reais: 7 702 reais de bens pessoais roubados e 200 reais pelas telhas e potes quebrados.

A versão de Antonio de Araújo é um pouco diferente. Em sua defesa alega que tinha informação que em casa de Pedro Sival se encontravam Henrique de Sousa e Martim Gonçalves, presos nos caminhos da Piconha. A prisão de Henrique de Sousa e Martim Gonçalves em território português teria desencadeado o assalto à casa

⁷ *Idem.* pp. 693-694.

de Pedro Sival na tentativa de os encontrar. Uma libertação pouco legal e pouco razoável.

A acção de Pedro Sival, inimigo declarado destes dois indivíduos dá aso ao continuar de uma situação onde imperam as vinganças. Por várias vezes os procurou, prendeu e inclusive tentou matar. Tentativas logradas que desencadearam outros mortos e feridos pelos caminhos portugueses e investidas sobre o castelo da Piconha.

Não contentes com as proezas cometidas, Antonio de Araújo e Lançarote Gonçalves acompanhados de um bom grupo de homens e de outros que ficaram na retaguarda, pensou Pedro Sival serem mais de mil, encontraram o meirinho no caminho entre Tosende e Santiago, e correram-no por terras da Galiza com bandeira estendida, em sinal de guerra. Diz o meirinho que se salvou por uma "*uña de cavallo*"⁸.

António de Araújo alega em sua defesa que se encontravam no lugar de Santiago⁹, frequentemente maltratado por Pero Sival. Informados que Pedro Sival vinha com 100 peões de Tosende queimar o dito lugar e maltratar os seus habitantes, saíram ao seu encontro e correram-no, mas nunca entraram em terras da Galiza. Refere com alguma ironia que iam acompanhados de apenas 15 pessoas, seus amigos e parentes, e como não dispunham de homens suficientes para enfrentar Pedro Sival utilizaram um estratégia que o levou a pensar que se ocultavam mais homens na retaguarda.

Entendem-se que as tentativas por parte de António de Araújo de ofender e agredir Pedro Sival, são já anteriores. Não faltaram afrontas e gritos à porta de casa esperando que respondesse à agressão, certamente não para o matar, como afirma o meirinho, mas para o humilhar e injuriar. Uma diversão pouco agradável para o implicado na questão.

De tudo faziam para o tirar de casa. Certo dia acompanhado de alguns criados seus aliciaram Martinho Tato para que arasse uma terra da jurisdição do meirinho, irregularidade à qual prontamente Pedro Sival reagiria e logo esse momento seria aproveitado. O desfecho não foi o pretendido, uma vez que o meirinho preferiu permanecer em casa.

Malogradas as tentativas, mas não desistindo, Antonio de Araújo, promoveu várias ciladas a Pedro Sival. Os seus informadores indicavam-lhe os caminhos de passagem do meirinho nas suas visitas regulares aos povoados da sua jurisdição, escondia-se em locais

⁸ *Idem*, p. 695.

⁹ Um dos povoados divididos pela fronteira que segundo António de Araújo é quase todo pertença de Portugal. *As Gavetas da Torre do Tombo...*, vol. (gav. 14), p. 701.

isolados nos montes e aí o esperava. Salvava-se o meirinho por optar por outro percurso.

Uma destas esperas foi mal sucedida para António de Araújo que se deparou com homens do conde D. Fernando e logo se envolveram num conflito de onde saíram vários feridos.

Não é fácil caminhar entre povoados, especialmente depois do entardecer. Os caminhos que percorriam as áreas florestais ou descampados cheios de recantos invisíveis proporcionam o assalto e a agressão e facilitam as emboscadas. Neste caso não é apenas o perigo que cerca o caminhante, mas sobretudo o transtorno que pode advir do facto de se cruzarem terras alheias nas deslocações entre dois lugares. A configuração da fronteira nesta área obriga aos habitantes do lado galego à travessia de terras portuguesas. Aumentam assim, as possibilidades de encontros desagradáveis e mesmo da prisão caso um pequeno descuido coloque o que atravessa estas terras fora da legalidade.

Da mesma forma, transportar produtos de um ou do outro reino, mesmo que seja para consumo interno de um povoado dividido pela fronteira, pode ser considerado como transporte ilícito de mercadorias¹⁰. Para evitar estes contratemplos há que insistir na deslocação livre e defesa deste caso específico. Em períodos de conflito as atenções redobram-se e tudo serve como pretexto para atingir o lado oposto.

O mais grave destas questões é a agressão sobre a população, um dos principais objectos da disputa. Os resultados são sempre dolorosos para estes terceiros implicados.

A lista de delitos praticados por António de Araújo que recaíram sobre os habitantes locais é mais uma vez extensa. Dezanove homens que levou presos e que resgatou, prisões injustificadas, uma vez que se efectuaram fora da sua jurisdição. Apreensão de oito rocins carregados de mercadorias, com a falsa justificação de que caminhavam em Portugal com mercadorias defesas. Dez tentativas de assassinato, uma concretizada, as outras acompanhadas de agressões físicas. Não faltaram as violações de mulheres, os roubos de bens pessoais, de cereais e de animais difíceis de contabilizar. Os produtos agrícolas e sobretudo os animais foram vendidos, outros comidos, depois de um bom cozinhado, um desaparecimento sem vestígios, e outros ainda permanecem bem guardados. Um total de 28 acusações contra o bando português.

¹⁰ BRAGA, Paulo Drumond - *Mercadorias defesas de Portugal para Castela durante a Idade Média*. Hispania. Revista Espanhola de História. Madrid. 182, 1992.

Grave foi ainda o incidente sobre o lugar de Pena, onde quatro casas foram queimadas durante a noite. António de Araújo, a mando de Fernando de Sousa, alcaide mor de Montalegre, foi acompanhado de Henrique de Sousa, João de Lima, Afonso Fernandes e outros criados que em silêncio incendiaram as casas, deixando os seus ocupantes, que aí pernoitavam, em vias de serem também queimados. Entre as vítimas contavam-se algumas crianças.

Os dois poderes locais cedo concluíram que o apoio da população local é indispensável quando se disputa a jurisdição de um território. A população bem dirigida pode alterar situações.

Frequentemente, segundo indicam o alcaide e o meirinho, acusando-se mutuamente da mesma prática, chamam a população a campana repicada e incitam ao choque. Aproveitam o momento para fazer propaganda contra a facção contrária e elogiar as suas façanhas. Uma forma de manipular os habitantes que entendem aquele que fala como protector que os defende de hostilidades a que constantemente os sujeita o adversário.

A acção destes homens do poder local sobre o espaço e a população nele existente cria laços de dependência dos homens ao seu senhor que cegamente seguem e sem qualquer preocupação pelas consequências.

Torna-se imperioso defender a terra, o alcaide e o castelo, a qualquer preço, só assim se defendem a si mesmos. Esta cumplicidade está bem presente no chamamento que fez uma moça de Tourém quando se apercebeu de uma cilada que Pedro Sival tinha preparado a António de Araújo algures na Piconha. Os moradores acorreram prontamente sem pensarem no perigo que os espreitava¹¹.

Estas descrições que aqui se particularizam, surgem por toda a fronteira e são sempre narradas com a violência que caracteriza estas acções. Denunciam os riscos constantes a que está sujeita a população raiana e a experiência e argúcia dos responsáveis pela defesa.

António de Araújo foi condenado a pagar os danos provocados aos querelantes, a devolver todos os bens tomados, a perder o ofício de alcaide e a abandonar as terras da Piconha, Montalegre, Vale de Salas e seus termos, por espaço de 5 léguas, durante 5 anos.

Fernão de Sousa, alcaide mor de Montalegre, mediador nesta questão em nome de António de Araújo, para pagamento das condenações entregou uma taça de prata dourada de medronhos. Um mediador que surge como mandatário em alguns serviços e que

¹¹ *As Gavetas da Torre do Tombo...*, vol. 3, p. 702.

certamente está na origem de algumas das acções de Lançarote Gonçalves. Como alcaide mor de Montalegre seria um dos principais interessados nas questões com o meirinho de Vale de Salas. Agiu na penumbra e coloca-se agora como um dos mentores da paz. Manter a imagem e continuar no seu posto é fundamental.

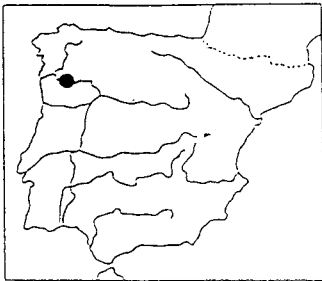
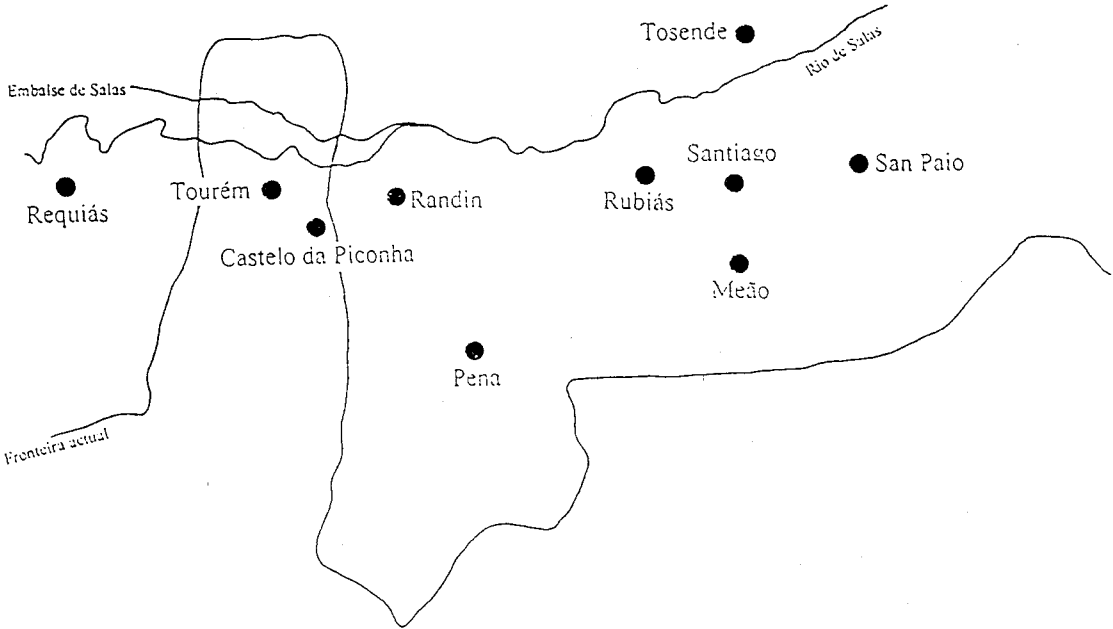
Lançarote Gonçalves foi condenado nas questões onde participou, à perda do cargo e ao abandono das terras da Piconha, Montalegre e Vale de Salas, estando proibido de aqui entrar e no espaço de 5 léguas envolventes, durante 6 meses. Os danos cometidos foram avaliados em 510 reais que se obrigou a pagar. Seu mediador foi o abade de Montalegre que, para pagamento da condenação, entregou uma taça de prata.

Pedro Sival foi também condenado a perder o cargo, a devolver os bens tomados, a pagar os danos provocados e também a abandonar as terras da Piconha, Montalegre e Vale de Salas e seus termos por 5 anos. A efectuação do pagamento das condenações não é referida nem o cumprimento das sanções é prometido. Aqui se insere o descontentamento que moveu todo este processo. *Os galeguos nam querem guardar o que ali foy asemtado*¹².

Perante tal panorama difícil é viver e sobretudo conviver em terras raianas.

¹² *As Gavetas da Torre do Tombo...*, vol. 3, p. 691.

Povoados envolvidos no conflito



Montalegre



